

Cabral previne Sarney sobre falta de consenso

Escândalo do "Irã-contras" envolve País

Foi o ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, quem contou ao senador Severo Gomes sobre a denúncia feita pelo tenente-coronel Oliver North, perante o Congresso norte-americano, de que parte do dinheiro arrecadado no escândalo "Irã-Contras" foi desviado para ajudar o Brasil a fazer "uma boa" Constituinte. O fato foi revelado, ontem, pelo senador paulista, que está providenciando cópia autêntica dos depoimentos de North para divulgá-los no País.

Conforme Severo Gomes, o ministro Renato Archer estava em Londres quando assistiu à transmissão dos depoimentos de Oliver North pela televisão. Como não viu nada sobre o assunto publicado na imprensa brasileira, o ministro estranhou e acabou contando o caso ao senador Severo Gomes, que o relatou em artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, domingo passado.

Pró-diretas prevê mais de 10 mil no RS

Porto Alegre — Entre dez e 20 mil pessoas estão sendo esperadas hoje, em frente à prefeitura municipal de Porto Alegre, para participarem do comício-pró-diretas em 88 e por um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, segundo as expectativas de seus organizadores. Participarão do comício o presidente nacional do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva; o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas; o ex-governador fluminense, Leonel Brizola; senador do PSB, Jamil Haddad, e os deputados federais do PMDB, Cristina Tavares e Fernando Lyra. Os organizadores do ato, que começará às 16h00 e se estenderá provavelmente até às 22h30, distribuiram cerca de 200 mil panfletos anunciando a realização do comício, mas, "diante da instabilidade do tempo, e das baixas temperaturas, um número entre 10 e 20 mil pessoas já será bem satisfatório", segundo afirmou um dos organizadores, o representante do PT gaúcho, Tarso Genro. Já o deputado estadual do PT, José Fortunatti, disse que iria propor o cancelamento do comício ou a sua transferência para um local fechado, como o plenário da Assembleia Legislativa, se hoje prosseguirem as chuvas que caem há dias.

Constituintes igualam votos sobre sistema

Está empatada a disputa entre parlamentaristas e presidencialistas na Constituinte — 261 a 261. Foi esse o resultado de um levantamento extra-oficial de líderes partidários, excluindo cerca de 20 indefinidos do PMDB, a bancada do PT — 16 votos — e o único representante do PMDB — senador Antônio Farias (PE), hoje fora de Brasília.

Na bancada do PMDB na Câmara, o líder Luiz Henrique garantiu ontem que até agora o parlamentarismo está com nítida maioria — 160 a 90. Dos 259 deputados, apenas 36 ainda não responderam ao questionário da liderança sobre sistema de Governo. Luiz Henrique acredita que o parlamentarismo deverá prevalecer com uma vantagem de, pelo menos, 70 votos na sua bancada, no Senado, a bancada está dividida.

Numa avaliação informal, o quadro apresenta-se, no momento, da seguinte forma: presidencialistas: 114 do PMDB, 92 do PFL, 14 do PDS, 23 do PDT, um do PDC, oito do PL, nove do PTB;

Parlamentarismo: 180 do PMDB, 30 do PFL, 23 do PDS, três do PDT, cinco do PDC, cinco do PC do B, três do PCB, dois do PSB e 10 do PTB.

A constituinte é integrada de 559 parlamentares (deputados e senadores). Pela previsão extra-oficial de que há 261 a favor do parlamentarismo e 261 pelo presidencialismo.

Prefeitos vão a relator por mais recursos

O relator Bernardo Cabral reúne-se às 9h30 de hoje, na Biblioteca da Câmara, com dirigentes e coordenadores estaduais da Frente Municipalista Nacional, quando irá ouvir as principais reivindicações do setor e as críticas que eles estão formulando ao atual projeto de Constituição.

Reunidos ontem, os municipalistas decidiram reivindicar 30% para o Fundo de Participação dos Municípios, em vez dos 22,5%, destinados por Cabral em seu primeiro substitutivo.

De acordo com o deputado Vasco Alves (PMDB-ES), vice-presidente da Frente Municipalista, outras questões serão levantadas no encontro, como a necessidade de se definir a participação popular no processo político e a questão da autonomia municipal.



Os parlamentares da esquerda foram ontem ao Instituto Israel Pinheiro entregar suas emendas

Presidente sofre abalo de saúde com morte de ministro

Abatido com a morte repentina do ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, a saúde do presidente José Sarney sofreu, nas últimas 48 horas, um dos mais fortes abalos desde que assumiu o Governo. Sua pressão arterial subiu de 12 por 8 para 13 por 9,5, caracterizando um distúrbio neurovegetativo, mais tarde diagnosticado como uma hipertensão benigna pelo médico pessoal da Presidência, Messias Araújo. Ontem sob efeito de tranquilizantes, a pressão voltou a 12 por 8,5, considerada normal pelo médico.

Sarney começou a chamar a atenção do médico na noite de terça-feira, quando chegou ao Palácio da Alvorada a notícia do acidente com Marcos Freire. "O Presidente é do tipo introspectivo", disse o médico, lembrando que naquela noite ele dormiu apenas três horas, além de receber medicamentos para comparecer à casa da viúva do Ministro, Carolina Freire. Nas horas seguintes, o Presidente esteve inteiramente voltado para o drama da família Freire, perfazendo, em 48 horas, um índice preocupante de apenas nove horas de sono.

Ontem, o dr. Messias Araújo foi severo e não permitiu que Sarney fosse assistir ao embarque do corpo do Ministro, na Base Aérea de Brasília, o que obrigaria a acordar às 4h30. O Presidente, sob efeito de antidepressivos, dormiu até às 8h20; cancelou parte de sua agenda e só começou o expediente às 10h10 no Palácio da Alvorada. No início da tarde, Sarney fez uma caminhada de quatro quilômetros às margens do Lago Paranoá, na companhia do médicos, que as-

Aliança lidera

Mais de dois terços das emendas ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral, foram apresentadas pela Aliança Democrática. Ou seja: 10.411 do total de 14.315 emendas, das quais 7.637 pelo PMDB e 2.774 pelo PFL. Os números foram levantados pelo Produsen — Processamento de Dados do Senado.

Vêm depois os seguintes partidos: PDS — 794 emendas; PDT — 736; PTB — 722; PL — 402; PDC — 401; PT — 272; PSB — 169; PC do B — 161; PCB — 127; PMB — 5.

O campeão individual de apresentação de emendas nesta fase, é o deputado José Egreja (PTB-TJ), com 262.

Peso excessivo

Aracaju — O presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB/SE), lamentou o excessivo peso do Estado na economia nacional. Ele acha que a Constituinte deverá estabelecer os limites do poder público no sistema produtivo e garantir o máximo de liberdade àqueles que desejam.

Fim de mordomia

Para acabar com "o privilégio da moradia funcional", o senador Alfredo Campos quer estabelecer prazo, na nova Constituição, para que a união venda os imóveis destinados como residência de servidores públicos, incluindo os apartamentos atualmente destinados aos deputados federais, senadores, ministros de tribunais superiores e ministros de Estado. O prazo para venda dos imóveis funcionais é de um ano após a promulgação da nova Carta Magna.

Português adverte

O jurista português Rui Machete, ex-ministro da Justiça do governo Mário Soares, de 1983 a 1985, alertou ontem em Belo Horizonte para o risco que corre a nova Constituição brasileira de ser revista em pouco tempo, caso tenha em seu texto materiais que o tempo acaba demonstrando serem circunstanciais.

seguro gozar o Presidente da República de boa saúde. "Tudo voltou ao normal" — disse.

Choque

De acordo com o médico, as circunstâncias da morte de Marcos Freire produziram um choque emocional em Sarney. "O Presidente é um homem muito sensível, porém, introspectivo. A alteração na pressão arterial, nesse caso, funciona como uma válvula de escape" — acrescentou.

Mas, além da pressão alta, a coluna vem incomodando o Presidente nos últimos dias e é motivo de atenção especial do serviço médico da Presidência. Segundo o dr. Messias Araújo, Sarney sofre de traumatismo no coccixogonia (parte inferior da coluna vertebral), devido às audiências, que o obrigam a permanecer muitas horas sentado. Recentemente, uma almofada foi adaptada à sua cadeira de trabalho, e, durante os intervalos dos despachos, o Presidente faz passeios dentro do gabinete. No início da semana, ao receber um grupo de artistas para almoçar na Granja do Torto, Sarney teve dificuldades para se levantar da cadeira, tendo que apoiar-se na deputada Ruth Escobar, que estranhou o fato. "O Presidente fez uma careta", contou ela depois aos jornalistas. No desfile de Sete de Setembro, o Presidente também não suportou toda a cerimônia em pé e duas vezes sentou-se numa cadeira estrategicamente colocada ao seu lado.

Para o dr. Messias Araújo, cenas como essa são comuns para o tipo de problema do Presidente. Semanalmente, ele submetete Sarney a aplicações de ultra-som e de ondas curtas.

Fogaça faz a vez de relator na Comissão

O senador José Fogaça (PMDB-RS) mostrou-se ontem à tarde muito aplicado na sua função de representante do relator Bernardo Cabral na reunião da Comissão de Sistematização: ouviu atentamente os sete oradores que passaram pela tribuna para defender suas emendas, fez várias anotações e interveio algumas vezes para aplaudir posições em favor do parlamentarismo, do patrimônio cultural do país e da exigência de diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista.

De manhã, a Comissão não conseguiu reunir-se por falta de número. Marcada a reunião para as 9 horas, até pouco antes das 10 horas não havia, na sala Nereu Ramos, mais que 10 constituintes, José Genóino (PT-SP) até brincou: "Convido a todos para nos reunirmos no Instituto Israel Pinheiro. Lá é que é quente". Uma irônica referência ao fato de o relator Bernardo Cabral estar-se reunindo com seus assessores e auxiliares, na sede daquele instituto, para elaborar o novo substitutivo.

Discriminação

À tarde, porém, embora com pouco mais de 20 constituintes presentes, a Comissão se reuniu, utilizando o plenário do Senado Nelson Carneiro (PMDB-RJ) assumiu a presidência e a seu lado sentou-se o senador José Fogaça.

José Tavares (PMDB-PR) defendeu um de suas emendas, determinando que a União assumia a responsabilidade pelo custeio das universidades estaduais. Darcy Deitos (PMDB-PR) justificou emenda disposta sobre a distribuição da arrecadação tributária. Raymundo Bezerra (PMDB-CE), com o apoio de Inocêncio Oliveira (PFL-PE), falou da necessidade de se dar maior atenção ao Nordeste e criticou a discriminação feita pelo Centro-Sul contra o Nordeste, tendo sido contestado por Francisco Rossi (PTB-SP): "E ou não é discriminação impedir-se o aumento da bancada federal de São Paulo? E atacar São Paulo pode ser o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro".

Esquerda vai ao "reduto" dos relatores

Um grupo de 17 constituintes de esquerda, entre eles o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, e o vice-líder do PT, deputado José Genóino, foram ontem ao Instituto Israel Pinheiro — reduto dos trabalhos do relator da Sistematização e de seus assessores — para protestar contra a exclusão da maioria dos parlamentares da elaboração do substitutivo de Cabral, através do que eles chamam de «constituinte paralela» e para levar ao relator um «pacote» com 30 emendas coletivas subscritas por cerca de 100 constituintes da ala progressista.

Ao chegarem ao Instituto, por volta das 15h45, trazidos num ônibus da Câmara dos Deputados, os parlamentares encontraram uma reunião «sem a presença do relator, com vários participantes não constituintes e muita gente estranha», segundo afirmou o deputado Haroldo Lima. Segundo ele, a intenção da esquerda foi, principalmente, formalizar o protesto contra a marginalização da Comissão de Sistematização: «Viemos notificar que não estamos dispostos a acatar passivamente o trabalho de um grupo à margem da Constituinte e da Sistematização. Nós, membros da Sistematização, estamos completamente afastados desse processo».

Só por volta das 17h30 chegou ao local o relator, deputado Bernardo Cabral, que reuniu-se reservadamente com a esquerda, para receber as 30 emendas coletivas do grupo. Segundo o deputado José Genóino, o diálogo com o relator foi cordial e em torno das emendas apresentadas: «Cabral prometeu examinar cuidadosamente as nossas emendas. Agora a nossa opção é esperar o seu substitutivo e ver o que entrou de nossas reivindicações para armar uma nova estratégia».

Decisões

Ontem foram discutidos e fechados os capítulos da Educação e da Comunicação. Segundo o deputado Antônio Brito (PMDB-RS), a outorga e renovação da concessão de canais de rádio e televisão foram mantidas com o Poder Executivo, mas passando obrigatoriamente pela aprovação do Congresso Nacional. Ao Congresso caberá, também, instituir o Conselho Nacional de Comunicação como um órgão auxiliar.

Já sobre Educação, o grupo decidiu manter um percentual de 18% do orçamento da União para ser gasto anualmente com o setor. Foi dada ainda absoluta prioridade à aplicação de recursos públicos para escolas públicas. As escolas particulares só poderão receber tais recursos se não tiverem fins lucrativos ou se reinvestirem todo o seu lucro em educação.

Consenso é inatingível, afirma Dias

O governador do Paraná, Alvaro Dias, não acredita em consenso para a escolha do futuro sistema de governo na Constituinte. Para Alvaro Dias, o consenso com relação a esse tema é praticamente inatingível e só se chegará a uma decisão na disputa de voto a voto no plenário. O presidente Sarney, de acordo com o Governador, pode negociar em favor do presidencialismo, mas somente a disputa de votos é que irá definir a situação.

De sua parte, Alvaro Dias defendeu, ontem, ao sair do Palácio do Planalto, o parlamentarismo, mas depois de mais um mandato presidencialista, que promoveria as mudanças necessárias à implantação do novo sistema, como a organização da estrutura da administração pública e a consolidação das instituições políticas.

Alvaro Dias foi ao Palácio do Planalto conversar com o ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, de quem ouviu a defesa da emenda do deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP), que institui o presidencialismo com o Congresso forte.

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, preveniu ontem o presidente José Sarney, no caso dos constituintes não chegarem a uma proposta de consenso sobre o sistema de Governo até domingo, ele manterá em seu segundo substitutivo a emenda do senador Afonso Arinos, que propõe o parlamentarismo puro, mas com eleição direta para Presidente. Cabral informou, ainda, ter sugerido ao Presidente que ele reunisse no Palácio do Planalto a comissão indicada pelo relator para negociar junto ao Governo uma proposta consensual: "O Presidente prometeu refletir sobre o assunto e creio que até domingo nós voltaremos a conversar".

Segundo Cabral, o Presidente tem conhecimento de todas as propostas parlamentaristas surgidas nos últimos dias, inclusive da emenda do deputado Bonifácio de Andrada, que sugere a implantação gradual do sistema, mantendo um mandato de seis anos para Sarney. Ele ressaltou, ainda, que considera como consenso um acordo entre os constituintes e o presidente Sarney: "Nós não faremos a instalação de um sistema de governo sem o Presidente. Se não houver

acordo, deixarei a decisão ao plenário da Assembléia, mantendo a emenda Arinos".

Planalto exige credibilidade

O presidente José Sarney condicionou a sua participação nas negociações que objetivam a introdução gradual do parlamentarismo no Brasil a seus promotores conseguirem conquistar a credibilidade da sociedade para a proposta, demonstrando ser um movimento sério e não casuístico. O deputado Cid Carvalho, um dos principais articuladores da mudança gradual do sistema de governo, entendeu essa observação como um sinal claro da disposição presidencial de negociar. Já o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, deixou claro ontem que não aceita nem o gradualismo e muito menos um mandato de seis anos para Sarney.

Na conversa com Cid Carvalho, o presidente Sarney ponderou, também, que o parlamentarismo para ter credibilidade deve necessariamente prever a dissolução do Congresso Nacional e adotar o voto distrital.

Cid Carvalho, que se reuniu ontem à noite na residência do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, com constituintes do PMDB e do próprio PFL na busca de apoio para o parlamentarismo gradual, disse que sua proposta está em ascensão. E explicou que ela compatibiliza o

acordo, deixarei a decisão ao plenário da Assembléia, mantendo a emenda Arinos".

Reforma Agrária

Durante a audiência, o relator informou ainda ao Presidente que os constituintes não conseguiram fechar um acordo sobre a reforma agrária e, por isso, a sua opção foi manter o mesmo texto de seu substitutivo atual, remetendo a decisão final para o plenário da Constituinte. Segundo Cabral, tampouco a anistia ou o papel das Forças Armadas foram negociados com sucesso entre as lideranças da Constituinte.

A partir de hoje, o relator isola-se para trabalhar o seu texto final, que será apresentado domingo aos relatores-auxiliares e às lideranças que vêm assessorando os trabalhos desenvolvidos durante a semana, no Instituto Israel Pinheiro. Na segunda-feira, o segundo substitutivo de Cabral já deverá estar sendo impresso pelo Produsen, para ser apresentado terça-feira à Comissão de Sistematização. Segundo Cabral, o grupo conseguiu fechar, até ontem, 65% do substitutivo, sendo que os pontos polêmicos não foram discutidos. Assim, a decisão final caberá mesmo ao relator, já que a tendência é fechar o fim de semana sem acordo entre os constituintes.

presidente José Sarney com a tendência dominante na Constituinte.

Fileiras cerradas

Sarney, contudo, mesmo conversando com frequência com os defensores da mudança gradual do Governo, está orientando seus coordenadores políticos na Constituinte a cerrarem fileiras em torno da emenda presidencialista apresentada pelo Deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). Seus dois principais porta-vozes na Constituinte — os deputados Carlos Sant'Anna e Prisco Vianna — não acreditam mais em entendimento e trabalham ativamente para conquistar a maioria da Comissão de Sistematização.

Por sua vez, o senador Mário Covas também não crê em entendimento em torno do sistema de governo. Ele está convencido que a maioria da Constituinte é parlamentarista e descarta taxativamente a proposta gradualista: "Nem pensar. Isto é não querer viabilizar o parlamentarismo". E mais: Covas, partidário de um mandato de quatro anos para Sarney, não aceita sequer discutir a sua ampliação para seis anos. E reafirma: "Para mim, aprovada a Constituição, acaba a legitimidade do mandato de Sarney".

"Só se muda com debate"

A mudança de sistema de governo de um país merece debates aprofundados. Esta foi a crítica feita pelo presidente José Sarney, ao clima de debates que envolve a polêmica sobre presidencialismo e parlamentarismo na Assembléia Nacional Constituinte. A crítica foi feita durante uma conversa com um grupo de jornalistas, convidados ao gabinete presidencial, quando Sarney queria prestar homenagem pelo Dia da Imprensa, comemorado ontem.

"Eu acho que nós não podemos — disse o Presidente da República — jamais, pensar, que se pode mudar o sistema de governo de um país com a profundidade com que o debate está sendo feito, sem que o Presidente exerça, por dever, um papel de liderança". Esta afirmativa foi feita quando um jornalista perguntou a Sarney se há alguma chance de o governo aceitar negociação envolvendo

Homenagem

Sobre o Dia da Imprensa, o Presidente afirmou: "Nós já tivemos no Brasil uma tradição de jornais políticos. No final do século XIX e início do século XX tivemos jornais vinculados a partidos políticos e até sustentados por partidos políticos mas, cada vez mais, com o profissionalismo. A tendência dos jornais é de fazer parte de empresas modernas. De maneira que eu acho que esta é também a tendência da imprensa brasileira".

Sant'Anna define estratégia

Na reta final das negociações para o sistema de Governo, a liderança do Governo na Câmara começa a se preocupar com a estratégia de votação para derrubar o parlamentarismo na Comissão de Sistematização. O líder, deputado Carlos Sant'Anna, afirmou ontem que o primeiro passo será o encaminhamento de questões de ordem para saber qual será o sistema adotado pela Mesa da Sistematização, caso o segundo substitutivo de Cabral seja derrubado.

Para "evitar a emoção de momento", Carlos Sant'Anna pretende fazer com que a Comissão de Sistematização defina qual será a postura adotada caso o Título I — do Poder Executivo — do substitutivo seja derrubado. Ele explica que de acordo com o regimento interno, nessa hipótese terá que prevalecer um dos documentos aprovados anteriormente: o primeiro substitutivo ou o Projeto de Constituição. Como os presidencialistas, que "estão coesos em relação à emenda Theodoro Mendes", não aceitam outro sistema de Governo, a liderança quer saber se serão necessários três destaques ou apenas um para "abolir" o parlamentarismo.

Negociações

Apesar das informações de alguns parlamentaristas de que o Governo estaria disposto a ne-